

A BATALHA

Redacção, Administração e tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-feiras—Não se devotem os originais—Dos artigos publicados são responsáveis os seus autores.

Director Interino: JOAQUIM DE SOUSA
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
Assinatura: Incluindo o suplemento semanal, Lisboa, mês 9550; Província, 3 meses 28550; Africa Portuguesa, 6 meses 66500; Estrangeiro, 6 meses 102500
PAGAMENTO ADIANTADO

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VIII—N.º 2415

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

SEXTA FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1925

SEMEAR PARA COLHER

Lisboa, cais da Europa para a navegação marítima e para a navegação aérea

Somos entusiastas de todo o progresso humano. Só lamentamos que, por vezes, esse progresso, pela sua má aplicação, longe de contribuir para a felicidade humana seja causa de hecatombes terríveis.

Admiramos um belo edifício que se ergue esplendoroso, dotado de todos os requisitos da civilização, embora dêles não aproveitemos. Amamos os bons, confortáveis e rápidos transportes, desde os grandes transatlânticos, tão animados de vida interior que nos fazem esquecer o bulício das grandes cidades, aos expressos, servidos de boas molas e leitos macios, que atravessam os continentes em velocidades inconcebíveis.

Preferimos as ruas de pavimentos lisos, onde os veículos deslizam brandamente, ao velho empedrado que faz ainda a vergonha da cidade de Lisboa, perante as cidades estrangeiras.

E como Portugal é ainda um dos países mais atrasados da Europa, por amor ao progresso e não por patriotismo que não possuímos como aqueles que tanto apavalam essa pátria que dizem defender, ardentemente desejamos ver este país colocar-se, num esforço bem orientado e inteligente, a par das nações que, em progressos materiais, marcham na vanguarda.

Existem neste país forças latentes que a estreiteza do meio não deixa desenvolver convenientemente, capazes de, num curto espaço de tempo, colocar-nos numa situação de progresso e de civilização muito mais apreciável do que a actual. As proezas de aviação que nestes últimos anos se têm produzido são de molde a incitar-nos à realização de proezas de menos arrojado e de mais práticos resultados para a colectividade.

Porque não se aproveitam tantas energias admiráveis que se têm dispersado em belas aventuras de grande efeito moral, empregando-as em empresas que melhores proveitos materiais tragam à colectividade?

Proclama-se aí aos quatro ventos que Lisboa é o cais da Europa. E não seria necessário proclamá-lo,

bastaria apenas olhar para o mapa para verificá-lo ao primeiro golpe de vista. Nas mãos de gente competente e de iniciativa o formoso e amplo estuário do Tejo acolheria toda a navegação que viesse, com rumo à Europa, do Oriente, da África e da América. Mas como a incúria e a preguiça medram entre nós como ervas daninhas em campo inculto, a navegação passa de largo, demandando portos que, embora mais longínquos, maiores comodidades ofereçam. E nós quedamo-nos contentes, olhando o céu que é azul e deixando-nos ficar para trás nesta marcha forçada da humanidade para os progressos mais amplos.

Mas não poderia Lisboa ser apenas um grande centro para a navegação marítima; a navegação aérea, tão banal já por toda a parte, poderia também encontrar aqui um ponto de partida e de chegada para as grandes carreiras comerciais para a África. Ao longo da enorme costa africana, quer para o Oriente, quer para Ocidente, poderiam voar as dezenas de scélères aviões que levavam notícias urgentes aos seus inúmeros portos, que ligassem estreitamente a África à Europa, pelas notícias rápidas e frequentes.

Dirão alguns leitores pessimistas, que os há tanto em Portugal, que nós deliramos ao traçar estas linhas. Mas nós deliramos os alemães que têm o seu país sulcado de bastantes carreiras de navegação aérea, não deliram os franceses nem os ingleses, que mantêm inúmeras carreiras entre Paris e Londres, não delira a Rússia, onde milhares de aeroplanos; sulcam a imensidão do seu território em ligação constante com o Extremo Oriente.

E' possível que este artigo não tenha mais eco do que a voz que clama no deserto. Entretanto, de uma semente lançada ao acaso nasce a árvore mais frondosa, e nós não sabemos se esta semente virá a cair em terreno propício, onde medre e venha a dar os mais saborosos frutos.

Seja como for — aí vai a semente ao acaso!...

ENRIQUECENDO COM A MISERIA AUMENTOU ESPANTOSAMENTE O NÚMERO DE CASAS DE PENHORES

Exige-se da pobreza o fabuloso juro de 150 por cento ao ano!

A medida que as condições económicas do operário se vão agravando, vai aumentando incessantemente o número das casas de penhores. Há pouco menos de um ano atingiam o número elevadíssimo de cento e quinze. Possivelmente, agora já este número se terá elevado talvez a cento e cinquenta.

O aumento destas casas é bem o índice da vida trágica da população. Pode afirmar-se que o penhorista está surgindo ao operariado e à própria classe média, uma parte dos seus minguados recursos. E não suponha o leitor que o aumento incessante do número das casas de penhores faz baixar, pela concorrência estabelecida, a taxa do juro que os penhoristas cobram à desventura duma população. A taxa de juro mantém-se integralmente, visto que a clientela aumentou na medida das casas que tem aparecido ultimamente.

A miséria aumentou e as casas de penhores também. Isto está na lógica desta sociedade que faz desearregar sistematicamente os fardos mais pesados sobre a casta dos mais humildes.

Antigamente as casas de penhores emprestavam ao juro mensal fabuloso de 6 e 8 %. Agora já emprestam a 120, a 144, a 156 %, ao ano. Em seis, oito e dez meses o penhorista só entrega o objecto a que deu o juro, depois de o penhorado lhe dar o dobro do dinheiro que lhe foi emprestado! Isto já não pode ler o nome de exploração, isto já não pode classificar-se de roubo. Penhorista está publicando sobre a vida dos ricos e dos pobres, que focasse um "papelão" luxuosamente vestido, para contrastar com a fotografia de um mendigo que já possuía. O nosso fotógrafo apressou-se, como sempre, a desempenhar a sua missão e uma bela tarde junto à Mado, ali no Rossio, objectivou um cavaleiro que se fazia acompanhar por outro. Dias depois essa fotografia ilustrava o artigo do nosso camarada e o assunto parecia arrumado.

Porém, infelizmente, assim não foi. Os nossos fotografados não são aqueles nabobos que vestem da alfaiataria Lourenço e Santos, nem são aqueles gentilem que zigue-zagueiam pelas avenidas pomposas. São dois modestos empregados de escritório que vestem com gosto, tão nabobos como o autor dos artigos.

Este "qui-pro-quo" deu motivo a reparos dos atingidos, reparos, aliás, justíssimos em pessoas a quem por estranha coincidência se colocou um diadema que lhes não pertence.

Como se trata de pessoas inteligentes, cremos que esta explicação será suficiente para destruir a má impressão a que este equívoco deu motivo.

O TRANSITO DE AUTOMOVEIS Os atropelamentos devem-se à falta de regulamentação do trânsito dos peões, à incompetência dos "chauffeurs" e à falta de fiscalização da policia, afirma-nos Hoche Graça

O assunto do dia, aquele que espевitou a curiosidade cidadã, foi o do projectado decreto que o governo vai publicar contendo várias disposições energicas contra os proprietários e "chauffeurs" que sejam responsáveis pelos atropelamentos por excesso de velocidade.

Em toda a cidade não se discutiu ontem outra coisa. É facto curioso. Em parte da população parece que vai manifestando-se o propósito do trânsito de peões ser feito pelas ruas, obrigando os autos, ou a marchar a passo de boi, ou a utilizarem-se dos passeios.

Já ontem no nosso editorial expuzemos o pensamento de A Batalha: o decreto é severíssimo — vamos a escrever cruel — não resolve o problema visto que ele é originário, em grande parte, no facto do público não saber andar.

Esse pensamento pôsto como foi, faltava ouvir uma das pessoas visadas pelo falado decreto. Essa pessoa foi o nosso camarada Hoche Graça, presidente da direcção da Associação dos Chauffeurs do Sul de Portugal, rapaz inteligente e conhecedor do metier.

Fomos encontrá-lo no Sindicato profissional entre uma montanha de expediente.

Hoche Graça recebe-nos, como sempre, com grande amabilidade. Recusa falar. Não quer que lhe seja desconhecido o assunto. Não quer falar como presidente da direcção da Associação dos Chauffeurs, porque a classe ainda não pautou uma atitude e ele não deve invadir atribuições que não lhe pertencem. Conventuado que a entrevista teria um carácter particular, embora traduzisse o sentir de uma classe, Hoche Graça inicia a sua exposição:

A causa dos atropelamentos

—As causas dos atropelamentos — principia o nosso entrevistado — não são aquelas que foram invocadas.

E explica com parcimónia:

—Essas causas encontram-se na forma desordenada como o público caminha, ora zigue-zagueando pelas ruas quando passa o auto, ora pejanando as faixas de terreno destinadas à circulação de automóveis.

O nosso entrevistado começa então a pormenorizar:

—Querem um exemplo: Na Baixa, onde a bifurcação é maior, nós vemos-nos seriamente embaraçados para caminhar. Trabalhar ali uma hora é mais fatigante que trabalhar pelas estradas um dia. E' gente que vem precipitar-se sob os carros, são senhoras apressadas que para ganharem terreno atravessam as ruas quando o auto passa, são cavalheiros que inadvertidamente se sentem à frente dos carros.

Hoche Graça, numa grande torrente de palavras, vai sempre dizendo:

—Chegamos ao Rossio e vamos entrar na rua do Carmo. O sinaleiro manda avançar e nós embalamos. Três metros percorridos temos que parar rapidamente. Uma multidão grande coagula a rua. O sinaleiro nos mandou não disse, todavia, uma única palavra a essas pessoas.

—De forma que o público é o principal culpado...

—Evidentemente. Logo uma das determinações inteligentes seria obrigar o público a caminhar pelos passeios, seguindo sempre pela esquerda.

Parlamento londrino

LONDRES, 14.—O parlamento foi convocado para o dia 25 do corrente, a fim de prorrogar mais uma vez o estado de circunstâncias excepcionais. —(L.)

Gasto audacioso

LIVERPOOL, 14.—Um indivíduo petrou num Banco, feriu o caixa e tirou de revólver e fugiu, levando consigo 5000 libras esterlinas, sendo finalmente preso, mas não sem que antes houvesse ferido mais três pessoas.

Delicadeza policial

PEMBERTON, 14.—Como quer que 2000 grevistas ameassem 400 mineiros que regressavam ao trabalho, a policia foi forçada a carregar, ficando várias pessoas ligeiramente feridas. —(L.)

Disstando os tentáculos

SAN ROSSO, 14.—O rei recebeu em audiência especial o arcebispo de Pisa, cardinal Maffi, com quem conversou demoradamente e cordealmente. —(L.)

Zangaram-se os pequenos

BELGRADO, 14.—O gabinete Ouzonovich apresentou a sua demissão ao rei, em virtude do conflito entre o deputado croata Radie e o prefeito da Zagabria. —(L.)

Navio atacado a tiro

XANGAI, 14.—Um navio francês foi atacado a tiro em Yang-Tsy, ficando um marinheiro morto e outro ferido. —(L.)

O "Duco" regressou

ROMA, 14.—O sr. Mussolini regressou a esta cidade, vindo de Predappio, onde foi visitar a sua família. —(L.)

Com caloteiros, nada...

NEW YORK, 14.—O sub-secretário do tesouro sr. Winston, falando num banquete

Foi aprovado em Conselho de Ministros uma lei sobre os assambarcadores e tabelamento de géneros

O comércio, como aqui diversas vezes o temos acentuado, regressou aos tempos da guerra, isto é, regressou aos tempos em que o roubo atingiu o auge. As leis estão também a voltar ao tempo da guerra, o que é um péssimo sinal — visto que elas revelam que o assambarcamento vai atingir o máximo e que a impotência da lei vai assegurar a impunidade do assambarcador. Além disso, não é com leis que se combate a carnestia da vida... Mas deixemos para amanhã os comentários e limitemos-nos hoje à reprodução duma parte da lei contra os assambarcadores, que em breve aparecerá no Diário do Governo:

Art. 1.º Todos os produtores, comerciantes, armazémistas e mais detentores dos produtos ou géneros que em diplomas do ministério da Agricultura forem indicados, são obrigados a declarar as existências dos mesmos produtos ou géneros, quer em armazém quer em trânsito, com descrições das qualidades específicas e das quantidades disponíveis para venda e necessárias para o seu consumo nos prazos respectivamente que foram estabelecidos pelo decreto com força de lei n.º 12.225, de 30 de Agosto último, relativamente ao azeite nacional.

Art. 2.º E' o governo autorizado a estabelecer pelo ministério da Agricultura, na oportunidade que for julgada conveniente, tabelas de onde constem os preços máximos porque devem ser vendidos ao público os géneros de primeira necessidade que designar.

Art. 3.º Este tabelamento será feito pela Bolsa Agrícola para a cidade de Lisboa e concelhos limítrofes e provisoriamente nas demais localidades pelos governadores civis, que deverão comunicar, para confirmação à Bolsa Agrícola, as tabelas que tiverem estabelecido. Logo que o tabelamento seja publicado, deverá o respectivo preço ser exposto ao público em lugar bem visível da rua, por todos os estabelecimentos onde exista, para comércio ou venda, género ou produto tabelado, e diariamente serão também, afixadas ao público as quantidades existentes.

Art. 4.º Quando em qualquer localidade haja falta de género necessário para consumo público, deverá a autoridade local comunicar este facto ao respectivo governador civil, que, o requisitará onde quer que esse género exista, dentro do seu distrito; quando dentro do distrito esta requisição não possa ser satisfeita pelo escaasseamento do género, o respectivo governador civil dará, telegraficamente, conhecimento do facto ao ministério da Agricultura, que lhe indicará qual a localidade onde o deve requisitar por intermédio do respectivo governador civil.

Art. 5.º Estas requisições não darão direito a nenhuma espécie de indemnização às pessoas ou entidades a quem forem feitas, exceptuando o pagamento pelo Estado do preço legalmente estabelecido no distrito onde for satisfeita a requisição.

Art. 6.º Em Lisboa e concelhos limítrofes poderá o ministério da Agricultura mandar entregar a qualquer entidade ou organismo particular julgado idóneo esses géneros a fim de serem facultados imediatamente a venda pública, ficando essas entidades ou organismos responsáveis pela sua conservação; e nas demais localidades ficam autorizados os respectivos governadores civis a proceder de forma idêntica.

Art. 7.º O pagamento dos géneros requisitados e bem assim o das despesas decorrentes da execução deste decreto serão satisfeitos por intermédio da Bolsa Agrícola, que de tais actos prestará contas ao governo, para o que a autoridade requisitante comunicará a este organismo a requisição que tiver feito e a quem, a fim de este organismo, no prazo de 15 dias, mandar fazer o respectivo pagamento. O produto das

O que vai por esse mundo

A Legião Americana

FILADELPHIA, 14.—A Legião Americana, aqui redimida, resolveu reinar em Paris a sua sessão anual próxima. Consequentemente 30.000 antigos combatentes dos campos de batalha franceses embarcarão em Setembro de 1927 em sete portos americanos e canadenses, em 28 paqueotes, com destino a Paris. Todas as despesas tomadas nessa altura em Paris deverão, porém, ser ratificadas por uma outra conferência em Nova York, após o regresso dos congressistas. —(H.)

Relações anglo-russas

LONDRES, 14.—Afirma-se que na conferência Krassine-Chamberlain, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra teria apresentado a melhoria das relações entre os dois países que poderia conseguir-se pela cessação da propaganda antibritânica dos soviets e pelo reconhecimento de divida russa. —(L.)

Conferência imperial inglesa

LONDRES, 24.—A sessão da abertura da conferência imperial realiza-se terça-feira próxima no gabinete da residência oficial do primeiro ministro, estando presentes os representantes de todos os governos dos Domínios.

O sr. Baldwin traçar o programa dos trabalhos em breve discurso, dando simultaneamente as boas vindas aos delegados que agradecerão. —(L.)

Orçamento da Sociedade das Nações

LONDRES, 14.—O orçamento da Sociedade das Nações, para o novo ano financeiro será dividido por 1.015 unidades em lugar das antigas 937 devido à entrada da Alemanha.

O império britânico terá o encargo de 258, ou seja mais dum quarto da totalidade. Seguem-se-lhe a França e a Alemanha com 79 unidades cada uma. —(L.)

Para que reúna um congresso

ROMA, 14.—O congresso da federação aeronáutica deliberou agradecer a uma medalha de ouro de benemerência o general Nobile, e a primeira medalha comemorativa ao coronel De Pinedo.

O ministério da aeronáutica ofereceu uma grandiosa recepção a todos os congressistas. —(L.)

Terminou o paleio

ROMA, 14.—Confirma-se a nomeação feita pelo governo argentino do franciscano Monsenhor Bottaro para arcebispo de Buenos-Aires, sendo assim termo a controvérsia que há 3 anos se mantinha com o Vaticano.

Monsenhor Cortés foi, por sua vez, nomeado Nuncio Apostólico na Argentina. —(L.)

Até parecem comerciantes

CHICAGO, 14.—Dois grupos de bandidos, em pleno dia e no centro da cidade, assaltaram-se mutuamente a tiros de revólver e de metralhadora, o que causou o maior pânico na população.

O combate terminou com a intervenção da policia, sendo recolhidos dois cadáveres e elevadíssimo o número de feridos. —(L.)

Quem parte...

PARIS, 14.—A rainha da Roménia partiu para o Havre, onde vai embarcar com destino à América.

Antes de partir, teve uma breve conversa na estação, com o príncipe Carol, que os jornais afirmam regressar brevemente ao seu país. —(L.)

MALAS POSTAIS

Pelo paquete "Alondra" são hoje expedidas malas postais para Las Palmas, Madeira e por via Funchal para a Africa Austral, Cap-Town, Elisabeth (ville) e Africa Oriental sendo da Estação Central dos Correios a última tiragem de correspondências ordinárias a 1 hora da tarde, fechando os registos às 11 horas da manhã.

TEATRO SALÃO FOZ

Matinées 3 h. - Noite 8,45 h.

O melhor espectáculo de variedades

ARTELLI & GUITART

Celebre duo lírico a grande voz

ELIANE ET PAULETTE AMY

Kormos e noções artísticas francesas, que

representam pela 1.ª vez na Europa o char-

acterístico BACH BOTON

PITUSILLA

Insuportável estrela do câmpio cómico

TITINETTE

Encantadora camponesa

No écran: 15 REPUBLICANOS NOBLES partes

Concerto pela F.O.Z. MELODY BAND

PREÇOS ULTRA POPULARES

Superior, 2800; Platiné ou Balção, 3600;

Camarote, 1500; Frizão, 1000;

Convites 1800 e 400

CARTA DE COIMBRA

A ganância dum proprie-
tário põe em risco
a vida dalgumas dezenas
de pessoas

COIMBRA, 12.—O sr. Delfim Miranda é um médico que acumula as funções de proprietário, e como bom proprietário que se pressa pensa unicamente em aumentar os seus bens pessoais, pelo que traz em construção um prédio no bairro de Montes Claros, cujas obras orienta zelosamente, acumulando mais outra função — a de mestre de obras.

Esta vontade ou mania da acumulação, será muito defensável pelo espírito de previdência ou de economia que revela; não o contestamos. O que, porém, entendemos não estar lá muito certo é que este sr. Delfim Miranda, com a cegueira de querer ver a sua obra sair baratinha, saiba existir um muro na sua propriedade, cujo estado de segurança é bastante precário devido à acumulação de pedra que esse muro sustenta, pedra que o sr. dr. arranca da sua propriedade e faz conduzir para ali, para mais facilmente se aproveitada na obra referida, sem que se preocupe com as consequências que da ruína do muro poderão advir.

Este muro confina com a «Vila Plínio», cujos habitantes, que na sua maioria são por operários, andam justamente alarmados com o estado do muro, recando a cada momento o seu desmoronamento que a dar-se de dia, colherá fatalmente alguns inquilinos, além de crianças que inadvertidamente ali costumam brincar.

Os protestos têm sido continuos, junto do sr. dr. O próprio proprietário da «Vila Plínio», sr. Augusto Pedro, já interveio junto do seu vizinho para que mande derreir o muro ou que o reconstrua, pois que não só se vê associado pelos protestos dos seus inquilinos, como também vê a sua propriedade em riscos de ser invadida por uma aluvião de terra e de pedregulhos.

No entanto, o sr. dr. Miranda a tudo se conserva surdo. O que ele pretende é o prédio construído. Quem morrer, morrerá.

A vida de quarenta pessoas, aproximadamente, entre as quais umas doze crianças, pouco valor representa em face dos seus interesses particulares!

Quasi nos leva a crer que este sr. dr. Delfim Miranda, médico sem clínica, que se esforça por arranjar clientes entre os habitantes da «Vila Plínio»...

E não há ninguém que faça entrar este cavaleiro na ordem?

No entanto... não, se fôssemos habitantes daquele local, parece-nos que aplicaríamos um remédio seguro...

Dois ou três alvões, outras tantas picaretas e pás, meia dúzia de homens dedicados, e estava resolvido o assunto... pelo menos na parte que diz respeito à integridade física dos habitantes da «Vila Plínio»!

Na esquadra do governo civil

Na madrugada de segunda-feira foram presos na rua dos Loios alguns indivíduos, pelo facto de irem a cantar, o que vai de encontro ao regulamento policial.

E' costume, sempre que se dão factos desta natureza, os indivíduos serem postos em liberdade depois de ser registada a sua identidade para os efeitos do pagamento da multa. Não sabemos porque motivo, desta vez não se procedeu assim. Os presos recolheram aos calabouços donde saíram no dia seguinte, por terem cometido tão horrendo delicto.

O que merece, porém, os nossos maiores reparos é o nosso mais formal protesto àquele que, o operário grávido João Baptista Duarte, ter sido agredido à batedeira pelo guarda n.º 79, pelo simples facto de aquele operário perguntar os motivos da sua prisão, pois afirmava não ir a cantar e não ter dado motivo, por conseguinte, a ser delicto.

A proeza do herói 79, foi presenciada pelo cabo n.º 8, sem que este tivesse pronunciado qualquer frase de reprovação pelo gesto do seu subordinado.

Sem mais comentários...—(C.)

TIVOLI

Telephone 11. 5474

Às 21 horas

MATE!

Drama de Roger Lish, com o eminente travi-

co japonês Sessie Nagahama e Naquetie

Tullio, Maxu Jhan e o pequeno Maurice Sigist

Pela Porta de Serviço

Deliciosa comédia pela celebre Mary Dickson

UMA CINE-FARÇA

REVISTA MUNDIAL

Na Matinée têm entrada gratuita

as crianças acompanhadas

de suas famílias

Edições de «A Sementeira»

Práticas neo-malthusianas.....\$50

O sentido em que somos anarquistas \$30

A peste religiosa.....\$40

A liberdade.....\$50

A Internacional (música e letra).....\$30

Pedidos à A BATALHA

ou no Caisdo Sodré, 82

Em auxílio de A BATALHA

Transporte.....8.228\$46

Secção Metalúrgica de Belém.....5000

António Simões Branco.....5000

João Mendes do Amaral.....10000

Alfredo Augusto Santos.....5000

Alvaro Avelino.....5000

António V. Alves Mendes.....2500

José Faria.....2500

J. F. O.....20000

António R. Pereira.....5000

Um desconhecido.....10000

Alexandre Graça.....2500

Secção dos Pintores do S. U. C.....100000

C. de Lisboa.....2500

António Gonçalves.....20000

Associação dos Corticeiros de Grandola.....6000

João António Serrote.....10000

José Narciso da Costa.....2500

Luís Lopes.....50000

Rodolfo Marques da Costa.....2500

Augusto Ferreira Branco.....2500

Quete aberta entre o pessoal do Depósito Central de Far-

damentos:

João Ramos.....5000

Augusto Sebastião Dias.....2500

Luís Pedro Dias.....2500

João de Sousa.....2500

Alípio Tavares.....2500

José Gonçalves Faial.....2500

Manuel Joaquim Pires.....2500

Eduardo da Silva.....2500

Alberto Ribeiro.....2500

Júlio Rosales.....2500

José Pereira.....5000

Manuel Fernandes.....2500

T. Fonseca.....1800

João Soares.....2500

Manuel Augusto Mota.....5000

José da Costa.....2500

X. Silva.....1800

Tolentino de Oliveira.....1800

Fernando Ramos.....2500

Carlos Esteves de Castro.....1800

Capitão Trindade.....3000

Luís Gonçalves Miranda.....500

Jaime Augusto Oranja.....1400

Rafael da Silva.....500

Lucinda Eleutério.....1800

Manuel Maria Antunes.....1800

José de Oliveira Cabral.....2500

Quete aberta pela U. S. O. de Faro:

Soldado Fagundes.....500

Xavier Pereira.....2500

João Braz.....2500

Francisco Vera.....5000

João João M.....1800

Camilo Tavares.....2500

Jaime da Silva.....10000

Manuel R. da Silva.....5000

Um soldado.....500

Francisco Zeferino.....2500

Francisco do Nascimento.....2500

Manoel Marrão.....2500

José Castela.....2500

Eugénio Ricardo.....2500

Januário.....2500

Manoel R. Cassapa.....2500

Manoel Gonçalves.....1400

João Lopes.....500

João Eduardo.....500

Eduardo Oliveira.....1800

António Eugénio.....500

Felipe Vieira.....1800

Francisco Inácio.....500

António Gabriel.....500

José Gonçalves.....500

Manoel Alves.....1800

Francisco Matias.....500

Barnabé.....1800

Manoel Madeira J.....2500

José Pires Mateus.....500

Luís Caetano.....500

Francisco Apolo.....500

Tomás Ramos.....500

José Dias Rato.....1800

Celestino Coelho.....5000

José da E. Gabriel.....2500

Manoel I. Garrachinho.....500

Bernardo do L. Margado.....2500

Quete aberta entre o pessoal do Togo do vapor «Pedro Gomes»:

João L. Ventura.....2500

Francisco António Correia.....2500

Domingos Pires.....1800

João Correia.....5000

António Rodrigues.....5000

José Pedro da Costa.....2500

Marciano Artur.....2500

Artur da Silva Pinho.....2500

José Martins.....2500

José António Damaso.....2500

Jacome Graçoso.....1800

Manoel Rodrigues.....1800

Manoel António.....500

José Rodrigues I.....2500

António Coelho.....2500

Júlio Cândido Marques.....2500

Luís Amorim.....2500

Continuação duma quete aberta na Foz do Douro:

Augusto de Castro.....2500

D. A. Lage.....2500

João de Carvalho.....1800

Alvaro G. de Sousa.....1800

António Matos.....500

Quete a cargo de Arnaldo F. mões Januário—Coimbra:

A. S. Januário.....5000

Augusto Lapa.....5000

João Martinho.....1800

Anónimo.....5000

Henrique dos Santos.....5000

Um democrata.....2500

Fernando Garcia.....1800

João Gomes Jacinto.....5000

H. Magalhães.....1800

L. Nascimento.....5000

Pedro Olais.....2500

António Moreira da Costa.....500

Um grupo de estudantes que trabalham em Coimbra:

António José de Matos.....20000

Laurentino Salgueiro.....10000

Américo Afonso.....2500

Rodolfo Afonso.....2500

A. R.....25000

A transportar.....8.812\$46

João Dias, operário da Construção Civil de Coimbra, oferece 3 moedas de prata, para serem vendidas em auxílio de A Batalha, sendo 1 de \$50, outra de \$20 e 1 de 100 reis.

—Também Henrique dos Santos nos oferece 1 moeda de 50 reis do reinado de D. Luís I, para igual fim, fazendo o seu laço de \$500.

—Ernesto Pereira da Silva, de Alcobaca, oferece 2 albuns de postais com aspectos do monumento da Batalha.

Todos os objectos recebidos aguardam ofertas.

A CURA DAS DOENÇAS PELAS PLANTAS, livro útil às boas donas de casa. Preço \$200; pelo correio, \$250.

Redimido a administração de A Batalha.

Vai ser moralizada

a política...

...com uma lei de incompatibilidades...

Várias vezes aqui fizemos notar a circunstância de os políticos terem os seus interesses ligados aos da burguesia capitalista, salientando que os governos e os parlamentos estavam manobrados pelas grandes empresas e Bancos de exploração pública.

E provamos igualmente, em abono das nossas afirmações, que os magnatas da política perambulavam a grupos capitalistas e andavam envolvidos em muitos negócios tenebrosos.

Dissemos o que toda a gente sabia e confirmámos o fundamento de certas suspeitas legítimas—visto que os políticos já não escondiam, nem por aparente pudor, seu imoral v. v. r.

Pois agora vai sair uma lei sobre incompatibilidades, lei que ficará sendo letra morta, visto que ela reprime a corrupção e reprimida esta a política acabaria fatalmente. Vamos transcrevê-la, não por a aplaudirmos ou por acreditarmos na sua eficácia, mas apenas porque ela confirma tudo quanto A Batalha tem flagelado com o seu habitual desasombro:

Artigo 1.º Os lugares remunerados, ou gratuitos, de advogado, consultor jurídico, membro ou vogal da direcção, gerência, administração, ou conselho fiscal das sociedades ou empresas concessionárias do Estado, ou que com este tenham quaisquer contratos, ou pelo mesmo Estado sejam de algum modo subsidiadas, e bem assim das sociedades, empresas ou firmas que explorem o comércio bancário, são incompatíveis com o lugar de:

1.º Ministro ou sub-secretário do Estado;

2.º Membro do Poder Legislativo;

3.º Director geral, chefe de repartição ou chefe de repartição do Estado, que lhes sejam equiparados;

4.º Vogal dos conselhos de administração e serviço do Estado;

5.º Magistrado judicial e do Ministério Público ou funcionário que desempenhe funções desta natureza;

6.º Juiz dos Tribunais do Contencioso Administrativo ou Fiscal e representante do Ministério Público junto deles.

§ 1.º A incompatibilidade estabelecida neste artigo é extensiva ao desempenho de alguma outra função, remunerada ou gratuita, que envolva, de qualquer forma que seja, uma prestação de serviços.

§ 2.º As incompatibilidades estabelecidas neste artigo manter-se-hão durante o desempenho das funções referidas e durante os 3 anos consecutivos à data em que elas tiverem cessado.

§ 3.º O disposto neste artigo não obsta a que o Estado se faça representar junto das sociedades ou empresas referidas, quando o interesse público o aconselhar, por indivíduos de entre os que ficam mencionados nos n.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 5.º, sendo porém sempre lícito ao governo declarar finda essa comissão, substituindo os seus representantes por outros da sua livre escolha. Se se tratar de representação por eleição e esta recair em algum dos mencionados indivíduos, o que assim for eleito não poderá entrar no desempenho da função, sem prévia autorização do ministro respectivo. Se o ministro recusar a autorização, a eleição deverá repetir-se no prazo que for designado, não podendo ser novamente eleito aquele que o ministro tiver recusado.

Art. 2.º Os funcionários que actualmente se encontrarem nas condições do artigo anterior e seus §§, são obrigados, sob pena de multa de 10.000\$00, a participar à Procuradoria Geral da República, no prazo de 15 dias, a sua situação.

§ 1.º A Procuradoria Geral da República, nos 5 dias immediatos à participação, comunicará a há ao ministério respectivo, cobrando recibo do officio, em que a comunicação for feita.

§ 2.º A Procuradoria Geral da República elaborará dentro de 20 dias, a contar da publicação deste decreto, uma lista com os nomes de todos os participantes, que enviará à Presidência do Ministério, cobrando recibo da entrega.

Art. 3.º Se dentro dos 15 dias immediatos à publicação deste decreto os funcionários nas condições do artigo 1.º e seus §§ não abandonarem o cargo que desempenham nas empresas ou sociedades a que o mesmo artigo se refere, serão immediatamente demittidos dos cargos públicos que exercem.

§ 1.º A declaração de renúncia aos cargos que desempenham nas empresas referidas será feita pelo funcionário, por escrito, à Procuradoria Geral da República e esta comunicará a há ao ministério respectivo, de conformidade e nos termos do preceituado no § único do artigo 2.º.

§ 2.º Sob pena de multa de 5.000\$00 a 100.000\$00 as empresas ou sociedades referidas no artigo 1.º, actualmente existentes, deverão comunicar à Procuradoria Geral da República o prazo estabelecido na lei para a convocação das suas assembleias gerais e os nomes dos indivíduos escolhidos ou eleitos para substituir os funcionários que houverem renunciado à sua situação nessas empresas ou sociedades ou dessa situação hajam sido dispensados, não podendo a escolha ou eleição recair em pais, filhos, sogros, genros ou cunhados dos substituídos.

§ 3.º A Procuradoria Geral da República promoverá, por intermédio do delegado, que for o competente, nos 20 dias seguintes ao termo do prazo estabelecido no § anterior à aplicação da multa referida e, se nos 30 dias posteriores, a obrigação de que se trata não tiver ainda sido cumprida, a multa será aplicada no dobro.

Art. 4.º As sociedades ou empresas indicadas no artigo 1.º que se constituírem depois da publicação deste decreto, deverão na respectiva escritura consignar expressamente, sem o que o contrato social não terá validade alguma, que não poderão fazer parte dos seus corpos gerentes ou conselhos fiscais, nem em alguma qualidade, directamente ou por interposta pessoa, lhes poderão prestar quaisquer serviços as pessoas referidas no mesmo artigo 1.º e seus §§.

Art. 5.º Nenhuma escritura será admitida a registro, sem que dela conste a declaração referida no artigo anterior, cumprindo ao funcionário respectivo, sob pena de demissão, recusar o registro sempre que tal declaração não exista, ou sempre que, de algum modo, se infinja o disposto neste decreto.

Art. 6.º A nomeação de comissário do governo, ou a escolha de administrador, por parte do Estado, não poderão recair em quem desempenhe as mesmas funções em qualquer outra sociedade ou empresa.

§ único. Os indivíduos que, à data da pu-

Está-se movendo uma guerra implacável

à Fábrica Nacional da Marinha Grande

Os delegados operários fazem à «Batalha» importantes e desasombradas declarações

Pessoa amiga tinha-nos dito, que aquela fábrica, que o inglês Guilherme Stefens, legou à nação, atravessava de novo uma situação pouco desafogada, tinha chegado mesmo ao vértice do desespero, e que em breve rolaria para o abismo, donde nunca mais se arrancaria. A mãe da indústria vidreira portuguesa, coberta de cas e de dívidas, teria assim a um tempo um fim, trágico e triste, pois com a sua perda levitaria para a miséria, duzentas famílias, que ficariam, é claro, sem recursos.

Urgia portanto, dizia-nos a pessoa amiga, que se levantasse alarme para mais uma vez evitar a perda da fábrica.

Nestas condições, nós que olhamos esta fábrica, como a salvadora de todas as situações críticas que possam avassalar o operariado, pois que prosperando esta fábrica, simultaneamente o operariado tem fortalecida a sua barreira, fomos propostos a uma comissão administrativa, para ouvirmos da própria Comissão Administrativa aquilo que tanto nos punge.

Assim com o relato que aqui prendemos da conversa tida com a citada Comissão, cremos dar aos leitores uma ideia precisa e clara, da situação que a Fábrica atravessa actualmente.

Fomos encontrar os delegados operários um tanto ou quanto apenados.

Ali perguntaram-nos qual o motivo que nos levava à fábrica.

Queríamos que nos dissessem toda a verdade acerca da situação da «Nacional».

Foi então que tivemos ocasião de ouvir da Comissão Administrativa, o que segue.

A Fábrica Nacional, atravessa actualmente uma das suas mais críticas situações.

Levantam-se ameaçadores diversos obstáculos que com franqueza nos assustam sobremaneira.

Não é só propriamente a situação da Fábrica, no que respeita ao seu movimento interno.

E' que temos que nos defrontar com uns inimigos de respeito, que não olham aos meios para conseguir os fins criminosos, de nos deitarem por terra.

—E esses inimigos quem são, poderão dizer? — perguntamos.

—São numerosos, meu caro amigo, mas de entre eles o principal é o que dá pelo nome de Matas Nacionais.

—E a que visa o ataque à Fábrica, feito pelas matas?

—Simplesmente a fazerem com que os 20 mil esteres de lenha para o consumo sejam tirados.

Como vê é absurdo esse propósito tanto mais que os 20 mil esteres — e não quinze mil como nos dão — foram adjudicados à Fábrica, pertencendo-lhe portanto, em face dos 300 hectares de terreno, que cedemos em troca.

Dos vastíssimos casais do Malta e Lebre, tiram as Matas um belo rendimento, enquanto que a Fábrica é seriamente prejudicada, pela falta de cumprimento do contrato das len



Teses a apresentar ao Congresso Nacional dos Operários da Indústria de Alimentação

Competência profissional na indústria de panificação de Portugal

Presados camaradas:

Em épocas remotas os cereais eram moídos pelo homem por meio de esmagamento entre duas pedras vulgares. Nessa época era completamente desconhecida a mecânica e até mesmo as azenhas hidráulicas, os moinhos de vento. Mas, como os homens se vão educando dia a dia, progredindo sempre, procurando novas fórmulas e novos processos de produção, nós construímos hoje que na nossa indústria se deu um passo—embora curto—no caminho do Progresso.

Mas ao industrialismo, sempre ganancioso e ávido de muito ouro, não lhe convém a Luz nem o Progresso. As trevas, a escuridão são-lhe mais propícias às suas escandalosas transações. E assim, esse industrialismo, sem olhar à saúde pública, numa despreocupação criminosamente perversa, não hesita em meter dentro das oficinas de panificação indivíduos que desconhecem por completo a técnica da mesma e, portanto, incompetentes em absoluto para manipular um pão que reúna as qualidades indispensáveis para poder ser ingerido pelo consumidor sem o mínimo perigo para a sua saúde.

E tanto assim é que não é raro ver-se em muitas oficinas (padarias) pães demonstrando na sua superfície a fermentação demasiada, outros mostrando os pequenos blocos rebentados pela acção do calor, onde notamos pequenas quantidades de farinha, prova evidente de que essa massa não foi convenientemente manipulada.

E a quem se devem todas estas anomalias? Ao industrialismo que muitas vezes atrai para a rua, para a miséria um profissional competente para meter em sua substituição um incompetente.

E porque procede assim o industrial? E' que procedendo assim, procede em conformidade com a sua consciência corrupta. Que lhe importa a ele que a saúde pública periga devido ao seu modo de proceder se os seus lucros se multiplicam com esse processo de trabalho?

E são estas algumas das razões que levaram este sindicato a estudar minuciosamente este assunto tão importante, não só para os profissionais desta indústria como para todos os consumidores.

Em nosso entender, e como profissionais que somos, julgamos estar aptos e ter a competência suficiente para fazermos estas pequenas considerações, estudadas na prática de muitos anos em que labutamos na indústria.

Porisso a nossa Federação como organismo máximo da Organização dos operários da Alimentação não deve descurar o assunto das competências nas profissões da indústria da Panificação salvaguardando assim os interesses dos seus associados e do público em geral.

E deverá para isto instituir no seu seio os conselhos técnicos profissionais aos quais deverão ser submetidos todos os indivíduos que desempenham o mister de manipuladores de pão.

Esses conselhos técnicos profissionais darão o seu parecer sobre as habilitações profissionais de cada indivíduo, julgando-o ou não apto a ingressar na Indústria.

Mas ainda mesmo aqueles indivíduos que pelos conselhos técnicos profissionais, forem julgados em condições de ingressarem na Indústria, não o poderão fazer sem primeiramente serem submetidos a uma inspecção médica que dará o seu parecer sobre a completição física de cada indivíduo.

E julgamos que assim teremos contribuído em grande parte para o bem de todos os operários e para bem de todos os consumidores.

Para bem dos operários porque, não ten-

A higiene nas cozinhas

Inúmeras vezes tenho feito referência dentro da nossa Associação contra a falta de salubridade nas cozinhas e, se não vemos o resultado preciso, não é por ignorância ou comodismo dos seus dirigentes, mas encontro nos nossos colegas mais indiferentismo que na própria classe patronal; nós que devíamos velar pela nossa comodidade mantemos-nos alheios aos interesses da classe porque, em abono da verdade, a maioria dos seus componentes desconhece os meios da sua própria profissão.

Não sei se conheceis na sua plenitude as cozinhas e a sua laboração, porém, digo-vos, camaradas, que elas representam bem e parece que propositadamente o estabelecimento de uma classe que, devido ao seu atrazado método de luta, vive como nos tempos remotos, da mais antiga geração.

A higiene nas cozinhas é uma das bases elementares para o desenvolvimento físico dos trabalhadores deste ramo e é este mesmo assunto não deve o nosso organismo abandonar enquanto não conseguir melhorar a triste e deprimente situação de uma classe que se sujeita a trabalhar em verdadeiras enxovias, sem ar nem luz nem conforto de espécie alguma.

Porque razão, sendo a cozinha a alma construtiva do estabelecimento se atira com ela para o local mais recôndito da classe, quando devia ser o contrário? Todos devem compreender que colocando os gêneros alimentícios em lugar húmido e sem ar a sua deterioração não se faz esperar. Por esta lógica razão devem reclamar-se as medidas profiláticas de modo a colocar as oficinas culinárias capacitadas a desempenhar a missão de que as investiram dando-lhe o que não têm e melhorar e reparar o que existe.

Consente-se que numa época em que a ciência está tendo o seu maior desenvolvimento uma indústria viva num atrazo como há cem anos, envenenando os organismos respiratórios dos seus operários, sujeitando-os a temperaturas aborçadoras,

do eles a sua completição física em condições de suportar o árduo trabalho que se executa dentro das oficinas de panificação, iriam inevitavelmente apressar a sua morte.

Para bem do consumidor porque passará a comer verdadeiro pão, manipulado por profissionais e homens saudáveis, desapa-recendo assim o perigo do contágio de qualquer doença.

Admissão de Encarregados da Oficina (Caixeiros)

Um mal que devemos também procurar evitar, é o da admissão de encarregados, que nunca souberam o que é a panificação, e que muitas vezes se vão intrometer no serviço do fornecedor e do amassador sem que percebam patavinha do que é esse serviço.

Ora não está certo que um profissional com longa experiência da panificação fique sob as ordens de um indivíduo ignorante e incompetente.

E' uma anomalia grande que temos de fazer terminar de uma vez para sempre para bem de todos.

O encarregado, (caixeiro) como responsável pelo trabalho executado dentro da oficina terá logicamente de ser um verdadeiro técnico em todas as especialidades da Indústria, para estar bem à altura do desempenho cabal da missão de que está incumbido.

E assim julgamos ter interpretado o sentir de todos manipuladores de pão de Santarém, e mesmo de todo o país. E, sem nos alongarmos em mais considerações, passamos a apresentar ao 1.º Congresso Nacional dos Operários da Indústria da Alimentação Pública de Portugal as seguintes

Conclusões:

1.º Que todos os operários, da Indústria de Panificação sejam previamente submetidos a um exame técnico-profissional antes de serem admitidos a desempenhar quaisquer trabalhos inerentes à Indústria de Panificação.

2.º Que sejam criados conselhos técnicos profissionais nas principais cidades do país cuja constituição será formada:

a) Por um fornecedor, um amassador, um encarregado (caixeiro) e um industrial ao qual se reconheça verdadeira competência profissional.

3.º Estes conselhos ficarão habilitados a dar execução à doutrina do art. 1.º desta tese.

4.º Os conselhos técnicos profissionais passarão aos indivíduos por eles julgados aptos a ingressar na indústria um cartão de competência profissional no qual se mencionará a especialidade de que o portador do mesmo está habilitado a executar.

5.º Nenhum industrial poderá admitir ao seu serviço qualquer operário que não possua o cartão de competência profissional.

6.º Cada operário só é obrigado a aprender uma especialidade das que compõem a indústria da panificação.

7.º Excluem-se do art. anterior os encarregados de oficina (caixeiros) que, para desempenhar tal cargo, deverão ser submetidos a um exame de todas as especialidades da indústria.

8.º Ao ajudante de encarregado não será exigido cartão profissional.

9.º Que a Federação encete imediatamente «démarches» junto das entidades competentes no sentido de pôr em prática, o mais breve possível, as conclusões desta tese.

A Comissão Administrativa do Sindicato dos Operários Manipuladores de Pão de Santarém.—O relator, Manuel de Oliveira Santos.

Os Metalúrgicos do Barreiro e a imoralidade de alguns reformados do Sul e Sueste

Está a Federação Metalúrgica verdadeiramente empenhada no levantamento moral dos metalúrgicos da indústria particular do Barreiro.

A dura deslealdade que uma grande parte dos reformados—metalúrgicos do Sul e Sueste residentes naquela localidade, vem de há tempos exercendo, é assunto de séria responsabilidade e que deve interessar também o Sindicato do Pessoal das Linhas do Sul. O Sindicato respectivo que soube conquistar para os reformados umas condições de relativo bem-estar para aqueles suportarem a velhice, não pode nem de alheiar-se dum mal que os seus componentes praticam. Claro que este assunto tem várias facetas das quais nem todas podem ser tratadas nas colunas dos jornais. Todavia iremos estigmatizando, embora duma maneira geral, o procedimento daqueles que o merecem.

Pasmamos de indignação ao reconhecer que temos de empunhar a pena para vergastar aqueles que julgávamos nossos camaradas leais e sinceros. Pois porventura teréis vós os reformados uma ausência de visão e sensibilidade que não vos deixe observar o mal que estais praticando?

Então não reparais que a acção que estais cometendo vos pode ser funesta? Não, não é possível; e se sois camaradas, se de facto não desejais que a família dos desocupados vos amaldiçoe e vos abomine, deixai as oficinas particulares aqueles que doutro meio não vivem que não seja do labor nelle exercido. Não ofereçais mais vossos braços em holocausto à ganância dos industriais.

Do nosso conhecimento da psicologia humana sobressai para aqui o argumento de que este assunto não se resolverá sem a intervenção dos próprios interessados.

De facto, como pode a Federação coordenar esforços de molde a fazer terminar semelhante anomalia, se os interessados não reagirem nos próprios locais de trabalho?

Não, é inegável, os metalúrgicos do Barreiro têm que constituir o seu sindicato quanto antes, que não só lhes servirá para obstar à anomalia que vimos verberando, mas também aquelas praticadas pelos industriais, muito mais maldosos e sanguessugas do suor proletário.

Todos os sindicatos que constituem a Federação Metalúrgica, estão de facto prontos a prestar-lhes toda a sua acção e solidariedade.

Do que porém, se não pode duvidar é de que essa acção e solidariedade resultará nula se esbarrar com a vossa indolência.

A supremacia das condições morais e económicas dos operários das várias localidades onde existe organização sindical, é evidente.

Vós próprios o deveis ter constatado tanto quanto é certo que viveis numa localidade onde a acção continua e persistente de alguns sindicatos, se observa sem dificuldades.

Esta Federação espera na próxima semana realizar uma sessão de propaganda na Associação dos Operários Corticeiros do Barreiro. Espera portanto que os metalúrgicos lá acorram posto que dela podem e devem sair deliberações atinentes sem dúvida à constituição do seu sindicato.—A Comissão Administrativa da Federação Metalúrgica em Portugal.

LUTA DE CLASSES

Da Federação Vinícola aos Sindicatos Aderentes

Em virtude de se encontrarem em greve os operários tanoeiros de Almada, que se encontravam actualmente trabalhando na Fábrica de Oleos, em Arrabida, a Federação Vinícola aconselha as comissões administrativas dos mesmos a impedir que componentes dos seus organismos vão atraí-los aqueles camaradas em luta.

Tanoeiros de Lisboa

Pede-nos o Sindicato dos Tanoeiros a publicação da seguinte nota oficiosa:

«Encontrando-se em greve os camaradas tanoeiros de Almada ao serviço na fábrica de Oleos em Arrabida, prevenimos todos os camaradas para que não vão para aquela localidade atraí-los o movimento enclatado por aqueles camaradas, bem como não devem arranjar vasilhame quando se saiba que ele vai para a dita fábrica.»

Os fragateiros nomearam uma comissão para tratar da crise

Com grande concorrência reuniram os fragateiros para se ocuparem da crise de trabalho. Foi nomeada uma comissão para estudar o novo regulamento de trabalho, a qual ficou composta por Francisco Pereira, José Maria de Oliveira Santos, Manuel Ramiro, Henrique da Silva e João Pedro Gonçalves.

Empregados da Companhia de Moçambique

O governador geral de Moçambique participou que se têm apresentado todos os grevistas da Companhia de Moçambique, mas o governador só admite aqueles com bons serviços anteriores. O governador dos territórios da referida companhia agradeceu aquele governo os antipáticos auxílios prestados durante a greve.

Secção Telegráfica Federações

FERROVIÁRIA
Ferrovários do Minho e Douro.—Adriano Monteiro.—Sobre o assunto que enviaste a Alfredo Pinto sobre a Assistência Ferroviária, está a correr o seu curso.

Congresso dos Operários do Ramo da Alimentação

Reúne hoje, pelas 21,30 horas, para assunto urgente, a comissão organizadora.

NO PORTO DE LISBOA

A Associação do Pessoal da Exploração do Porto de Lisboa refuta parte das afirmações do sr. Manuel dos Santos

O caso da Exploração do Porto de Lisboa tratado nos nossos números de domingo e de ontem entrou nos domínios do dize tu, direi eu. Por esse motivo com a inserção da nota oficiosa que abaixo publicamos damos por liquidado este incidente. Eis a nota oficiosa:

«Presados camaradas—Em A Batalha de domingo sob a epígrafe «No Porto de Lisboa», vem publicado um artigo assinado por Manuel dos Santos, que entre várias coisas diz:

«Nesta classe—referindo-se à dos funcionários da Administração do Porto de Lisboa—há duas associações que mais parecem dois centros políticos daqueles muros reles quais tanques de lavadeiras para vergonha da classe quando os burros se sindicarem, tenho a certeza que não de meter inveja aos funcionários do Porto de Lisboa.»

Não temos o desgosto de conhecer o articulista mas se porventura ele é empregado ou assalariado da Administração Geral do Porto de Lisboa, achamos que emprega muito mal o seu tempo. Seria preferível que empregasse a sua actividade na organização da classe como nós estamos fazendo. A Associação de que somos corpos gerentes não trata de outros assuntos que não sejam os interesses da classe que representa.

Os camaradas, que esse articulista considera inferiores aos burros, trabalham dedicadamente no mais importante trabalho de organização que é possível realizar entre o pessoal destes serviços—a fusão das duas associações existentes—o que esperamos conseguir muito em breve.

Desafiamos o sr. Manuel dos Santos a provar que em qualquer reunião da Associação do Pessoal da Exploração do Porto de Lisboa se trataram assuntos estranhos aos interesses de classe dos seus associados, e lamentamos que uma criatura que certamente se preocupa tanto com os interesses de organização do Pessoal da Administração do Porto de Lisboa, como nós nos preocupamos com o que se passa no planeta Marte, venha tratar tão inconscientemente deste assunto.—Os corpos gerentes da Associação do Pessoal da Exploração do Porto de Lisboa.»

Uma vítima que se queixa

O desmentido ontem publicado no nosso jornal sobre as afirmações do sr. Manuel dos Santos acerca do que se passa na Exploração do Porto de Lisboa trouxe a esta redacção o descarregador Américo António Gonçalves que nos contou o seguinte:

Em princípios de Setembro por um motivo simples, que se liquidou rapidamente, foi conduzido para a esquadra de polícia da Exploração do Porto de Lisboa, onde o cabo que se encontrava de serviço lhe vibrou duas bofetadas sem motivo justificado.

Acrescentou Américo Gonçalves que o seu agressor foi o cabo Melo, presumindo que o chefe Manuel Ribeiro Nunes, não conheceu a agressão.

Aí fica a queixa da vítima do cabo Melo, que de uma maneira categorica prova que na esquadra da Exploração do Porto de Lisboa houve, pelo menos, uma agressão.

Casas

Alugam-se desde 220\$00. Ver e tratar: Calçada da Tapada, 138.

Sociedade Protectora dos Animais

O sócio desta benemérita Sociedade, o sr. Joaquim Monteiro, acompanhado do guarda 820 do Corpo de Polícia Cívica, percorreram ontem os mercados de Lisboa, tendo encontrado 15 animais chagados que receberam curativo no Posto de Medicina Veterinária da Sociedade, prendendo três vendedores de aves da Praça da Figueira por maus tratos a irracionais e fizeram a apreensão de um chicote. Outras rugas vão prosseguir na intenção de fazer uma forte repressão aos maus tratos a animais.

AGREMIações VARIAS

Sociedade A Voz do Operário.—Reúne-se a Assembleia Geral na próxima terça-feira, pelas 21 horas, para deliberar sobre o parecer do Conselho Pedagógico respeitante à co-educação no ensino das escolas da sede social e também sobre a proposta apresentada na assembleia de 6 do corrente p. p., qual a interpretação a dar ao art. 83.º do Regulamento Interno, deliberando com qualquer número de associados.

Os 21 Manufatureiros de Calçado.—Reúne-se hoje, pelas 21 horas, para tratar de um assunto muito importante.

Comité pró presos por questões sociais

Este comité lembra a todos os organismos e camaradas que tenham em seu poder importâncias referentes aos bilhetes da festa realizada no passado dia 10, em benefício dos presos, que as liquidem para ser feito o seu apuramento geral.

Pede também a todos que tenham dinheiro referente aos folhetos «O espectro de Buiça», o favor de o enviar para não prejudicar os presos.

«A BATALHA» no Funchal vende-se no Bureau de La Presse.

Documentos perdidos

Francisco Antunes Perne, morador no Caminho Debaixo da Penha, barraca A. P. perdeu no Largo da Estefânia uns documentos que consta duma subscrição e atestado de pobreza. Pede à pessoa que os achou o favor de os enviar para a morada indicada o que muito agradece.

ASSINEM Os mistérios do Povo

VIDA SINDICAL

Câmara Sindical do Trabalho

DE LISBOA

Comissão Instaladora

Reúniu ontem a comissão Instaladora desta Câmara, tendo apreciado vários expedientes que se refere ao próximo Congresso Operário Local.

A comissão instaladora chama a atenção dos vários sindicatos que ainda não comunicaram à Câmara Sindical as suas resoluções a propósito do mesmo congresso, para necessidade urgente de o fazerem, facilitando, assim, os trabalhos da comissão, tanto mais que apenas distam do mesmo uns escassos quinze dias.

Brevemente serão publicados os nomes dos sindicatos aderentes ao congresso e quais os delegados porque se fazem representar.

Do comité pró-presos foi recebido um ofício, historizando os fins que o levaram a dirigir-se ao último Conselho Geral desta Câmara. No mesmo ofício, afirma-se que a informação dada pela comissão Instaladora cessante ao Conselho não foi exacta, e assim resolveu a actual comissão instaladora consentir a reunião do comité pró-presos, no gabinete desta Câmara, até que em nova reunião, o Conselho da C. S. T. se pronuncie.

A comissão instaladora está no firme propósito de não ligar importância às notícias mais ou menos tendenciosas que elementos despeitados porventura venham a publicar, embora essas notícias sejam publicadas com o falso pretexto de defender uma problemática unidade sindical, mas sim, em verdade, com o firme propósito de criar, em volta da actual comissão instaladora, uma atmosfera de desconfiança e suspeição.

Esta comissão não receia, antes deseja, uma fiscalização aos seus actos por parte dos elementos que o último Conselho Geral depois dos seus lugares, mas que essa fiscalização seja honesta e leal, sobretudo inspirada em um mais verdadeiro sentido de unidade sindical.

Assim, repudia, por mentirosa, a afirmação publicamente feita, de que esta comissão é apoiada por qualquer «claque» ou «coterie».

Só despeitados poderão, à face dos factos, fazer tal afirmação.

O Conselho Geral entendeu—e muito bem—que não podia nem devia aceitar imposições duma comissão instaladora que, esquecendo-se lamentavelmente que não era mais que uma sua representante, pretendia fazer trabalho de absorção—desmentido por palavras, mas confirmado pelos factos.

Não quer a nova comissão preocupar-se com a questão de tendências que dentro da C. S. T. mais ou menos se tem manifestado. A comprovar esta afirmação, está o facto de os elementos que defendem a verdadeira unidade sindical terem pretendido que da comissão instaladora fizessem parte camaradas de todas as tendências.

Assim se levará à prática a verdadeira unidade.

Os camaradas que o Conselho Geral da C. S. T. entenderem dever escolher para comporem a sua nova comissão instaladora, não têm compromissos de quaisquer natureza, nem quaisquer responsabilidades no decalabrado a que chegou a Organização Operária.

Livres de quaisquer compromissos ideológicos ou de partido—embora falsamente se queira fazer acreditar o contrário—eles julgam-se, porém, aptos a ocupar os cargos para que foram nomeados.

Esta comissão procurará, apenas, integrada nas resoluções dos Congressos Operários—princípios proclamados pela Batalha de 12 do corrente em seu editorial,—fazer obra puramente sindicalista, não tendo, para isso, que recorrer a manhas ou artificios.

Esta a disposição em que a actual comissão instaladora está, e que a C. S. T. deve respeitar, pelo menos até à realização do próximo Congresso Local.

Para o futuro, o mesmo congresso dirá

Reúne hoje, pelas 21 horas, a comissão de crise e horário de trabalho, nomeada no último conselho

COMUNICAÇÕES

Manufatureiros de Calçado.—Em assembleia geral continuada tem reunido este Sindicato, discutindo-se um ofício dimanado da mesa do extinto conselho confederal e que pede para o Sindicato esclarecer o que há de verdade a respeito da acusação de perdulário feita ao camarada M. Joaquim de Sousa, em reuniões do referido Conselho, e afirmado que a classe a que o dito camarada pertence o considerava como tal. A primeira reunião efectuou-se em 21 de Setembro p. p. tendo usado da palavra os camaradas Silva Campos, que considera uma insinuação torpe, com vistas ao aniquilamento dum camarada, insinuação que se filia na especulação feita nas colunas de A Internacional a propósito de M. J. Sousa ter recebido um dia de salário do Sindicato por um dia perdido em trabalhos da Conferência Inter-Sindical de Lisboa, e que certos elementos deste Sindicato entendiam que devia ser pago pela C. S. T. de Lisboa.

Entende que esse facto não desonra M. J. de Sousa e nesse sentido apresenta uma moção de ordem. Alfredo Monteiro diz que a assembleia não deve aprovar a moção de Campos, pois deseja apresentar documentos respeitantes à comissão do movimento da classe em 1924, da qual fez parte o camarada em questão.

Antunes Rodrigues deseja ver tudo esclarecido pois quer proceder com conhecimento de causa, do a quem doer. Fernando Rodrigues considera que Alfredo Monteiro só pretende fazer especulação, pois tendo já sido discutido e aprovado o relatório da comissão do movimento de 1924, relatório feito pelo próprio Monteiro, só agora pretende sacar d'ele razões para acusar M. J. de Sousa, portanto afugura-se-lhe que apenas pretende fazer um trabalho derrotista o que não consentirá.

Monteiro volta a afirmar que trará documentos comprovativos do que diz.

Por último é aprovada, por 8 aprovações contra seis rejeições, a moção de ordem assim redigida:

«A assembleia considerando que a afirma-

ção produzida por um delegado no Conselho Confederal da C. G. T.—ser o camarada M. Joaquim de Sousa considerado perdulário pela classe—tem por origem a discussão havida no Sindicato e transportada para fora nas colunas do órgão dos partidários da I. S. V., a propósito do salário de um dia pago pelo Sindicato a esse camarada, dia perdido a realizar trabalhos destinados à Conferência Inter-Sindical de Lisboa e que alguns disseram dever ter sido pago pela C. S. T.;

que esta questão, sem nenhuma importância nem fundamento sério, não constitue base que justifique tal acusação, resolve: protestar contra tal processo de ataque pessoal—a acusação de perdulário feita a M. Joaquim de Sousa—e continua reconhecendo, como a classe em geral, naquele camarada um militante íntegro, merecedor de toda a confiança e continua, na ordem dos trabalhos».

M. Joaquim de Sousa requer uma nova assembleia para que Alfredo Monteiro apresente os documentos de que fala—pois deseja ver concretizado tudo que a seu respeito tenha de ser dito. Foi aprovado o requerimento e marcada a assembleia para 23 de Setembro.

S. U. Mobiliária.—A comissão administrativa tendo verificado que o senão aos camaradas que não têm comparecido às assembleias, foi tido em consideração apenas por um pequeno número de camaradas, lembra novamente a conveniência de assistirem à assembleia que hoje se realiza para continuação dos trabalhos, e na qual serão apreciadas as teses a discutir no próximo congresso operário local. No seu próprio interesse não devem faltar, pois que entre as teses figura uma sobre o inquilinato que deve merecer a atenção de todos.

Compositores Tipográficos.—Reúniu ontem a assembleia geral sobre o destino a dar ao saldo do movimento do jornal «O Mundo», aprovando a seguinte proposta da autoria de Sarmiento Dias: «Propõem que o saldo do movimento do quadro de «O Mundo» fique sob a rubrica—Solidariedade—podendo ser aplicado quando e como a direcção do nosso Sindicato crê oportuna e justamente o julgar necessário».

Sobre os delegados à C. S. T. a assembleia depois de ouvir uma exposição de José Romero, e ter ouvido ler um ofício de Alexandre Rosado, aprovou o seguinte requerimento de Soares da Costa: «Requerio que seja dado o assunto por discutido com prejuízo dos oradores inscritos, sendo reiterada a confiança a Romero e procedendo-se à nomeação de novos delegados à C. S. T. em substituição dos colegas Rosado e M. Pinto». A seguir foram nomeados novos delegados à C. S. T. António de Pádua Barbosa e Germinal de Sousa.

Para delegados ao Congresso da Câmara Sindical do Trabalho, foram nomeados José Augusto Machado, Manuel Ramos, José Romero, António de Pádua Barbosa e Germinal de Sousa. Em seguida Vergílio Moura expôs os trabalhos da comissão pró-desempregados, sendo em seguida encerrada a sessão.

Pessoal do Município.—Reúniu-se novamente em assembleia geral o Pessoal do Município, para continuar na ordem dos trabalhos.

Antes, porém, de se entrar na ordem dos trabalhos, Manuel Roque Júnior pede a palavra e faz a sua defesa. Depois de longa discussão Roque envia para a mesa uma moção tendente a demitir todos os elementos com cargos no Sindicato.

Esta moção, que era inesperada, porquanto não estava na ordem dos trabalhos foi aprovada por 11 contra 9, sendo uma aprovação com declaração de voto de que votava a moção somente na parte que se referia à demissão e não o seu conteúdo.

Nas sessão transacta foi aprovada uma moção contra a deportação de Miguel Correia. A comissão administrativa esclarece que o camarada Roque, como militante, é um camarada honesto e apenas foi demitido porque não votou na C. S. T. uma deliberação colectiva.

CONVOCAÇÕES

REUNEM-SE HOJE:

Federação Mobiliária.—Às 20 horas, o conselho federal com a ordem de trabalhos já publicada. E' conveniente a comparecência dos delegados à hora marcada, a fim de não prejudicar a assembleia do Sindicato.

Litógrafos.—Pelas 19 horas a comissão de educação e propaganda para tratar de assuntos de grande interesse colectivo, com a comparecência de todos os seus membros.

Pessoal de Cámaras.—Para apreciar os trabalhos referentes ao futuro Congresso da Câmara Sindical são convidados os camaradas delegados ao mesmo congresso e comissão administrativa a reunir, pelas 20 horas.

S. U. Mobiliária.—Pelas 20,30 horas, em assembleia geral, para continuação dos trabalhos pendentes.

Litógrafos e Anexos.—A comissão administrativa pelas 19 horas, para continuação dos trabalhos pendentes. Mais uma vez se lembra aos delegados a conveniência da sua presença no Sindicato. A mesma hora a comissão de propaganda com a presença de Duarte Jorge, Jaime Tiago e Arnaldo Custódio.

S. U. C. Civil.—Pelas 20 horas, a assembleia geral com a seguinte ordem de Trabalhos:

1.º Apreciar um ofício da Federação sobre se sim ou não se deve realizar o Congresso de Indústria. 2.º Leitura e discussão da tese a apresentar ao Congresso da Câmara Sindical do Trabalho. 3.º Leitura do ofício do mesmo organismo, nomeação dos delegados ao congresso e outros assuntos.

Federação da Construção Civil.—Pelas 21 horas a comissão administrativa.

Federação Metalúrgica.—Conselho Federal.—Pelas 20 horas com a seguinte ordem de trabalhos: 1.º Votação definitiva das bases para a constituição duma Comissão Pró-Metalúrgica; 2.º Apreciação dum ofício do Comité do Norte e outro do Sindicato do Porto; 3.º Comunicações várias.

DIAS PRÓXIMOS

Federação Corticeira.—Reúne no próximo domingo o Conselho Federal, às 11 horas.

JUVENITUDES SINDICALISTAS

Federação.—Secretariado Internacional Provisório.—Reúne no sábado, pelas 20 horas, para tratar de assuntos importantes.

ASSINEM

Os Mistérios do Povo